

Exmo Sr.

**MARCUS AUGUSTIN SOLIVA**

DD. Prefeito Municipal de Guaratinguetá

Eu,-----

---

Estado civil -----, portador(a) do RG -----

e do CPF/MF -----, residente à Rua -----

-----

-----, nº -----

---

Bairro -----, CEP -----, nesta cidade,

Imóvel com Inscrição Cadastral nº -----, venho

muito respeitosamente REQUERER a Vossa Exa., com fundamento na Lei

Complementar nº 28, de 10 de setembro de 2009, que altera a Lei Complementar nº 22 –

**ISENÇÃO 100%** do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, vez que meus

rendimentos não ultrapassam 02 (dois) salários mínimos mensais, resido no imóvel deste

tributo; não possuo nenhum outro imóvel neste Município, quer terreno ou área rural e

que a área edificada não ultrapassa a metragem de 70,00 m2, com padrão de construção

rústico, econômico ou modesto.

Declaro, ainda estar ciente de que estas informações são prestadas sob as penas da Lei e

sujeitas à posterior constatação.

Guaratinguetá, ----- de ----- de -----

--

-----

---

Assinatura do Requerente

Art. 299 do Código Penal: Omitir documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir fala ou adversa da que devia ser escrita, como de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante:

PENA: Reclusão de 1 (um) ano a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) meses e multa, se o documento é particular.

## **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ISENÇÃO DO I.P.T.U – 100%**

**Lei Complementar nº 28, de 10 de setembro de 2009**

**(até 70,00 m<sup>2</sup>)**

**Requerimento**

**Xerox RG**

**Xerox CPF/MF**

**Xerox capa do carne de IPTU e dos dados do imóvel**

**Comprovante de rendimento (até 2 salários mínimos)**

**Comprovante de residência (conta luz/telefone/água)**

**Formal de Partilha ou andamento do processo de Arrolamento/Inventário, no caso do imóvel não estar em nome do requerente.**

**OBS: Na falta do Formal de Partilha, é válido uma DECLARAÇÃO do advogado do Espólio, na qual deverá constar o número e vara do processo de Arrolamento, bem como que o imóvel a ser inventariado é único e que a(o) requerente caberá 100% o usufruto do imóvel.**